



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 218570-6 – Caruaru/PE

Agravante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco.

Advogado: Erik Limongi Sial OABPE 15178.

Agravada: Romilda Pereira da Silva.

Advogado: Paulo Dirceu de V. Bezerra OABPE 26559.

2ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA – DANO MORAL E MATERIAL. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS, ACOLHIMENTO A PRETENSÃO EXTRAPATRIMONIAL. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO NO ÚLTIMO DIA DO PRAZO RECURSAL, PORÉM FORA DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO FORUM. DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO, POR MANIFESTA INADMISSIBILIDADE (INTEMPESTIVIDADE). RECURSO DE AGRAVO. TEMPESTIVIDADE DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO SUSTENTADA COM BASE NA RESOLUÇÃO Nº 156, DESTA CORTE E IMPOSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO PELO RELATOR. RECURSO DESPROVIDO COM BASE NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE E NA DO STJ. DECISÃO UNÂNIME.

DECISÃO: "À unanimidade de votos negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator".

Sessão realizada em 24 de setembro de 2014.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 218570-6**, em que figura como agravante a CELPE – Companhia Energética de Pernambuco, e como agravada, Romilda Pereira da Silva, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e do termo de julgamento anexos, que integram o presente aresto.

Recife, 26 de setembro de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo

**Des. Adalberto de Oliveira Melo
Presidente e relator**



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 218570-6 – Caruaru/PE

Agravante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco.

Advogado: Erik Limongi Sial OABPE 15178.

Agravada: Romilda Pereira da Silva.

Advogado: Paulo Dirceu de V. Bezerra OABPE 26559.

2ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo em face de decisão terminativa que negou seguimento ao recurso de apelação prévio, por reputa-lo manifestamente inadmissível em razão da sua intempestividade.

Nas razões recursais de fls. 128/134 a entidade ora agravante aduz que o apelo fora interposto tempestivamente através do sistema de protocolo postal previsto na Resolução nº 156 deste Tribunal, que regulamentou o convênio celebrado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, para facilitar o acesso dos jurisdicionados; e que de acordo com o art. 8º da resolução, para a utilização daquele sistema deve ser observado o horário de funcionamento das agências dos correios.

Pontua que a data da postagem no carimbo dos correios tem a mesma validade do protocolo oficial no âmbito do Poder Judiciário, a teor do disposto no art. 5º da norma de regência, e de acordo com a jurisprudência local colacionada; e que ainda que o recurso obstado fosse intempestivo não poderia o relator julgar com arrimo no art. 557, do CPC.

Conclui pugnando pelo provimento do agravo visando à reforma da decisão agravada, no sentido de dar-se provimento ao apelo.

Autos conclusos.

É o relatório.

Recife, 24 de 09 de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo

**Des. Adalberto de Oliveira Melo
Relator**



165

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 218570-6 – Caruaru/PE

Agravante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco.

Advogado: Erik Limongi Sial OABPE 15178.

Agravada: Romilda Pereira da Silva.

Advogado: Paulo Dirceu de V. Bezerra OABPE 26559.

2ª CÂMARA CÍVEL

VOTO

Eis o teor da decisão terminativa agravada, da qual transcrevo o excerto que interessa à melhor compreensão da controvérsia pelo Colegiado no caso concreto.

DECISÃO TERMINATIVA

Cuida-se de recurso de apelação em face da sentença que julgou procedente em parte os pedidos formulados na ação indenizatória tombada sob o nº 0007911-55.2008.8.17.0480, condenando a entidade ora apelante a pagar R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais em favor da parte autora, com atualização monetária a partir da decisão e a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) a partir da citação, bem como ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, afastando a pretensão indenizatória material.

(...)

Autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO:

Verifico, de logo, que a sentença, ora recorrida, fora publicada no dia 18 de dezembro de 2009, sexta feira (certidão de fls. 83), iniciando-se o prazo para a interposição do apelo na segunda feira, 21 de dezembro e encerrado-se no dia 04 de janeiro de 2010.

Contudo, o apelo foi interposto (Via postal) em 04 de janeiro de 2010 às 19:31:58 h. (fls. 84v.), portanto fora do horário de expediente do Fórum local.

A tempestividade da contestação deve ser aferida pelo horário em que a petição foi postada na empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, dentro do horário do expediente do protocolo do Fórum de destino, desimportando, na espécie, o fato de ter sido apresentada no derradeiro dia do prazo de resposta.

/

Em situação assemelhada, esta Corte de Justiça tem o entendimento de que o recurso, mesmo que apresentado em uma agência dos Correios, deve obedecer ao horário de funcionamento do Fórum local.

Neste sentido, colaciono os seguintes julgados:

RECURSO DE AGRAVO LEGAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. APELO INTERPOSTO NA AGÊNCIA DOS CORREIOS, FORA DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO FÓRUM DE ORIGEM E DEPOIS DAS 18 HORAS. INTEMPESTIVIDADE. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO 156, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2001, DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REJEITADO O AGRAVO 1- O recurso, mesmo quando apresentado em uma Agência dos Correios, deve obedecer ao horário de funcionamento do Fórum. 2- O convênio que este Tribunal mantém com a Empresa de Correios e Telégrafos foi firmado para dar maior comodidade aos advogados, mas isso não significa que os causídicos não devam respeitar os horários de funcionamento do protocolo do fórum onde a petição deveria ter sido apresentada. Agravo Legal Improvido. (Agravo nº 0184895-1/01, Rel. Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos, 4ª Câmara Cível, julgado em 2/9/2010).

RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. QUESTIONAMENTO SOBRE A INTEMPESTIVIDADE DA APELAÇÃO CÍVEL MANEJADA CONTRA DECISÃO PROFERIDA NA DEMANDA ORIGINÁRIA. PROTOCOLIZAÇÃO APÓS O ENCERRAMENTO DO PRAZO. INTEMPESTIVIDADE. RESPONSABILIDADE DA PARTE. PRECEDENTES DO STJ E TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Na linha dos precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e deste Egrégio Tribunal tem-se o entendimento de que o recurso, mesmo que apresentado em uma Agência dos Correios, deve obedecer ao horário de funcionamento do fórum. 2. O convênio que este Tribunal mantém com a Empresa de Correios e Telégrafos foi firmado para dar maior comodidade aos advogados, mas isso não significa que os causídicos não devam respeitar os horários de funcionamento do protocolo do fórum onde a petição deveria ter sido apresentada. [...] (Agravo Regimental nº 0210346-8/01, Rel. Des. Josué Antônio Fonseca de Sena, 5ª Câmara Cível, julgado em 28/4/2010).

Diante do exposto, nego seguimento ao presente Apelo, por ser o mesmo intempestivo, conseqüentemente, manifestamente inadmissível, nos termos do art. 557, caput, do CPC c/c art. 74, inc. VIII, do Regimento Interno deste Tribunal. Cumpra-se, publique-se e intime-se. Recife, 11 de junho de 2014.
Des. Adalberto de Oliveira Melo RELATOR

Do teor da decisão ora agravada depreende-se facilmente que apesar de haver interposto o recurso no último dia do prazo recursal (04/01/2010), a CELPE protocolou o recurso fora do horário de funcionamento normal do fórum, consoante se vê no recibo de protocolo de fl. 84, verso.

Saliento, por oportuno, que na esteira da jurisprudência desta Corte sobre o tema, a qual firmar-se no sentido de que a protocolização de peças processuais por via postal deve obedecer ao horário de funcionamento do fórum, o Superior Tribunal de Justiça enfrentou

recentemente a matéria assentando decisão no mesmo sentido, consoante se vê no aresto abaixo ementado. 106

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA INDEVIDA DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS. APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO APÓS ENCERRAMENTO DO HORÁRIO FORENSE. RESOLUÇÃO 04/2004 DO TJPB. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O art. 172, § 3o. do CPC, prevê a possibilidade de que lei de organização judiciária local adote diretrizes quanto ao horário de protocolo, que poderá não coincidir com às 20h previsto no caput do referido dispositivo legal. 2. Tendo o protocolo local, no caso dos autos, encerrado seu expediente às 19h, conforme determinado pela Resolução 04/2004 do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, a entrega da petição da Contestação nos Correios às 19h47min do último dia do prazo deve-se intempestivamente. 3. Agravo Regimental da Telemar Norte Leste S/A desprovido (AgRg no REsp 1206707/PB, 1ª Turma, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 22/04/2014).

Ademais, os julgados da 3ª e 4ª Câmaras Cíveis desta Corte colacionados nas razões do agravo (fls. 132/133) não se prestam a infirmar o entendimento aqui defendido posto que neles não se enfrenta a questão aqui discutida.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso mantendo a decisão agravada.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2014.

Des. Adalberto de Oliveira Melo
Des. Adalberto de Oliveira Melo
Relator